

## Alerta Legislação nº 16, de 13 a 18 abr. 2026

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

<b>Governo Federal</b>
<p><b><u>LEI Nº 15.388, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)</p> <p><i>Republicação do Anexo II a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, por ter sido constatada inexatidão material, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2026, Edição 71, Seção 1, página 1.</i></p>
<b>Governo do Estado de São Paulo</b>
<p><b><u>DECRETO Nº 70.549, DE 17 DE ABRIL DE 2026</u></b> Declara luto oficial no Estado, por 3 (três) dias, pelo falecimento de Oscar Daniel Bezerra Schmidt.</p>
<b>Prefeitura de São Paulo</b>
<p><b><u>LEI Nº 18.438, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b> (Projeto de Lei nº 692/20, dos Vereadores ...) Cria o cadastro único de violência doméstica (CAVID) no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.</p>

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>D. O. U.</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>17/04/2026 – Edição Extra</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 12.941, DE 17 DE ABRIL DE 2026</u></b> Declara luto oficial pelo falecimento do ex-jogador de basquete Oscar Daniel Bezerra Schmidt.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.388, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).</p> <p><i>Republicação do Anexo II a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, por ter sido constatada inexatidão material, quanto ao original, no</i></p>

	<p>Diário Oficial da União de 15 de abril de 2026, Edição 71, Seção 1, página 1.</p>
<p><b>17/04/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 15.392, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.939, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, o funcionamento das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e a eliminação de documentos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.938, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a Medalha Mérito da Cultura Tenente-Brigadeiro Deoclécio e altera o <a href="#">Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956</a>, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.937, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a Medalha Marechal Falconieri e altera o <a href="#">Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956</a>, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.936, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Promulga a Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Norma Mínima sobre Previdência Social, firmada em Genebra, em 28 de junho de 1952.</p>
<p><b>16/04/2026</b></p>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro, limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.391, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.389, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.</p>
<p><b>15/04/2026 (Ed. extra)</b></p>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.350, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</a>, para aprimorar o Fundo Garantidor da Habitação Popular.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.931, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Regulamenta a <a href="#">Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026</a>, para disciplinar a cooperação financeira entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas a assegurar o abastecimento nacional de óleo diesel de uso rodoviário, no âmbito do Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.930, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b></p>

	<p>Regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo - GLP, de que trata a <a href="#">Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026</a>, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da <a href="#">Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026</a>, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo.</p>
<p><b>15/04/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 15.388, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).</p> <p><i>Republicação do Anexo II a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, por ter sido constada inexatidão material, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2026, Edição 71, Seção 1, página 1.</i></p> <p><b><u>RETIFICAÇÃO</u></b>  LEI Nº 15.384, DE 9 DE ABRIL DE 2026  Onde se lê:  "Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar e criar qualificadora do crime de homicídio e incluí-la no rol dos crimes hediondos,"</p> <p>Leia se:  "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar, criar o tipo penal do vicaricídio e incluí-lo no rol dos crimes hediondos."</p> <p><i>Retificação parcial da Lei nº 15.384, de 9 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2026, edição nº 68, Seção 1, na página 1, por ter constado inexatidão material.</i></p>
<p><b>14/04/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 15.387, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023</a> (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.927, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Promulga o Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.926, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024</a>, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da</p>

	<p>administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o <a href="#">Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018</a>, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</p>
<b>13/04/2026</b>	<p><b><a href="#">LEI Nº 15.386, DE 10 DE ABRIL DE 2026</a></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023</a> (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.</p> <p><b><a href="#">LEI Nº 15.385, DE 10 DE ABRIL DE 2026</a></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023</a>, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer.</p>
<b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b>	<p><b><a href="#">ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2026</a></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a <a href="#">Medida Provisória nº 1.322, de 31 de outubro de 2025</a>, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de abril de 2026.  Brasília, 15 de abril de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b>	<b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>
<b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b>	<p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b>  <b><a href="#">PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.600 DE 13 DE ABRIL DE 2026</a></b>  Proíbe o registro, a importação e o emprego de produtos que contenham os insumos farmacêuticos ativos antimicrobianos reservados para uso humano, de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde - OMS, em espécies animais utilizadas na alimentação humana.</p>
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ</b>  <b><a href="#">PORTARIA CNPQ Nº 2.702, DE 10 DE ABRIL DE 2026</a></b>  Dispõe sobre a atualização das normas de Prestação de Contas dos beneficiários de bolsas e dos auxílios à pesquisa do CNPq,</p>

	disciplinando a utilização dos recursos financeiros, as prestações de contas parcial e final, bem como o monitoramento e a avaliação.
<b>Ministério da Defesa (MD)</b>	<p><b>ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS (EMCFA)</b>  → <b>Chefia de Assuntos Estratégicos</b>  <b><u>PORTARIA CAE-MD Nº 1.872, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Aprova a Diretriz para a Implantação e o Funcionamento do Núcleo do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos de Defesa.</p>
<b>Ministério da Educação</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MEC Nº 334, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui o Fórum dos Conselhos de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios - FCE.</p> <p><b><u>PORTARIA MEC Nº 323, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui o Comitê Nacional Gestor do Compromisso Nacional Toda Matemática - Comat.</p> <p><b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)</b>  <b><u>PORTARIA SEB/MEC Nº 130, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define critérios da Política de Inovação Educação Conectada para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2026.</p> <p><b><u>PORTARIA SEB/MEC Nº 129, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Divulga o resultado prévio da avaliação pedagógica das Obras Literárias inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 03/2024 - PNLD Literário Equidade - Objeto 1 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos.</p>
<b>Ministério da Fazenda</b>	<p><b>COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CGSN Nº 186, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre os prazos e condições para o exercício de opção pelo Simples Nacional e, em relação aos optantes, pelo regime regular do IBS e da CBS no ano-calendário de 2027, em conformidade com as disposições da <a href="#">Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</a>, e da <a href="#">Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025</a>.</p> <p><b>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.292, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata a <a href="#">Medida Provisória nº 1.345, de 24 de março de 2026</a>.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 9, de 9 de abril de 2026, que divulga o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.321, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u></b></p>

	<p>Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p>
<p><b>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa nº 190, de 5 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 6 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do <a href="#">Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024</a>, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 147, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do <a href="#">Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024</a>, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas.</p> <p><b>SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO</b>  <b><u>PORTARIA SEGES/MGI Nº 3.166, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de regulamentar o Sistema de Compras Expressas - Sicx, instituído pela <a href="#">Lei nº 15.266, de 21 de novembro de 2025</a>, que alterou a <a href="#">LEI nº 14.133, de 1º de abril de 2021</a>.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MPS Nº 652, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Estabelece, para o mês de abril de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  – Diretoria Colegiada (DC)  <b><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.021, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.494, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.  (...)- Comissão Intergestores Tripartite (CIT)</p>

	<p><b>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE</b></p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 22, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o transplante de membrana amniótica para o tratamento de pacientes com feridas crônicas e do pé diabético.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 21, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vacina adsorvida meningocócica B recombinante (4CMenB) para prevenção de doença meningocócica do sorotipo B em crianças menores de 1 ano de idade.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 20, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o transplante de membrana amniótica para o tratamento de pacientes com afecções oculares.</p>
<p><b>Ministério das Relações Exteriores</b></p>	<p>↳ <b>Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos</b> ↳↳ Divisão de Atos Internacionais <b><u>PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-REINO UNIDO 2026-2030</u></b> (...)</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MDA Nº 83, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b> Dispõe sobre a regulamentação da Estratégia de Adaptação Climática da Agricultura Familiar, instituída no âmbito do Fundo Garantia-Safra, e estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para sua operacionalização.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MDS Nº 1.178, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b> Divulga a homologação das cidades aptas que manifestaram interesse em participar da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Estratégia Alimenta Cidades e a lista de espera das demais cidades que manifestaram interesse.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF Nº 171, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b> Dispõe sobre os critérios de elegibilidade às medidas previstas na <u>Medida Provisória nº 1.345, de 24 de março de 2026</u>(*), e dá outras providências. (* <i>Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.</i>)</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MDIC Nº 89, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u></b> Institui o Cadastro Nacional de Empreendimentos de Impacto (Cadimpacto), no âmbito da Estratégia Nacional de Economia de</p>

	Impacto (Enimpecto) e do Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpecto).
<b>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</b>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b>  <b><u>PORTARIA IBAMA Nº 64, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Autoriza o Centro Especializado Prevfogo a contratar Brigadas Federais para a prevenção e combate aos incêndios florestais.</p>
<b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 115, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 283.483.094,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 123, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 168.663.192,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 109, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 545.835.798,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<b>Ministério do Turismo</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MTUR Nº 19, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial.</p>
<b>Ministério dos Transportes</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT</b>  ↳ <b>Diretoria Colegiada</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANTT Nº 43, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Estabelece a metodologia de cálculo e os parâmetros técnicos para apuração e monitoramento do Índice de Saturação Ferroviária - ISF no âmbito dos contratos de concessão ferroviária e dá outras providências.</p>
<b>Controladoria-Geral da União (CGU)</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 254, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Institui o "Programa Educação Cidadã", no âmbito da Controladoria-Geral da União.</p>

<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOE-SP</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>17/04/2026</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 70.549, DE 17 DE ABRIL DE 2026</u></b> Declara luto oficial no Estado, por 3 (três) dias, pelo falecimento de Oscar Daniel Bezerra Schmidt.</p>
<b>15/04/2026</b>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.440, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Dispõe sobre a criação de cargos de Promotor de Justiça na Parte Permanente do Quadro do Ministério Público do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.446, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado o espetáculo Paixão de Cristo, em Cubatão.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.445, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Institui o "Dia Estadual do Cavaleiro".</p> <p><b><u>LEI Nº 18.444, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Denomina "Benedito Olympio Leite (Ipojucã)" a Escola Estadual Jardim Paraíso, em Boituva.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.533, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Ratifica convênios celebrados nos termos da <a href="#">Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.532, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Ratifica convênios celebrados nos termos da <a href="#">Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.531, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.530, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Fixa o percentual máximo para pagamento das Bonificações por Resultados - BR relativas ao exercício de 2025.</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 20 DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b> Reconhece o processo de Indicação Geográfica do "Café do Circuito das Águas Paulista" e aprova Nota Técnica de Instrumento Oficial de Delimitação de Área Geográfica.</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 19 DE 14 DE ABRIL DE 2026V</u></b>  Reconhece o processo de Indicação Geográfica da Batata-Doce da Região de Presidente Prudente e aprova Nota Técnica de Instrumento Oficial de Delimitação de Área Geográfica</p>
<p><b>Casa Civil (CC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 4, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, a periodicidade de avaliação e pagamento, relativos à Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Educação para o exercício de 2025.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS -BR Nº 3, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a definição dos indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados-BR do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS-BR Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos às propostas de Bonificação por Resultados – BR das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e das Autarquias para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Secretaria de Comunicação (SECOM)</b></p>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SECOM Nº 06, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Comunicação, constante do Anexo II do <a href="#">Decreto nº 69.745, de 28 de julho de 2025</a>, nos termos do § 2º do artigo 20 do <a href="#">Decreto nº 68.742, de 05 de agosto de 2024</a>.</p>
<p><b>Secretaria da Educação (SEDUC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>PORTARIA CONJUNTA SEDUC/FDE Nº 1, DE 14 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a sub-rogação de contratos administrativos da Secretaria da Educação para a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 42, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o regime de colaboração para elaboração dos Planos Municipais de Educação e dá providências correlatas</p>

<p><b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 4, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, a periodicidade de avaliação e pagamento, relativos à Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Educação para o exercício de 2025.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS -BR Nº 3, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a definição dos indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados-BR do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS -BR Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos às propostas de Bonificação por Resultados – BR das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e das Autarquias para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 4, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, a periodicidade de avaliação e pagamento, relativos à Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Educação para o exercício de 2025.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS -BR Nº 3, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a definição dos indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados-BR do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS-BR Nº2, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos às propostas de Bonificação por Resultados – BR das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e das Autarquias para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p>

	<p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 06, DE 9 DE MARÇO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece os procedimentos relativos à aplicação do Parecer PA nº 11/2025, que trata da situação funcional de servidores e empregados públicos contratados sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nomeados para Cargos em Comissão do Estado de São Paulo – CCESP ou designados para Funções de Confiança do Estado de São Paulo – FCESP, em conformidade com a <a href="#">Lei Complementar nº 1.395/2023</a>.</p>
<p><b>Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SPI SSGC Nº 02, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre os procedimentos para autuação, classificação, reclassificação e controle e encerramento de processos administrativos no âmbito da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, em conformidade com o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos do Estado de São Paulo.</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO PGE Nº 18, DE 10 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Revoga a <a href="#">Resolução PGE nº 9, de 17 de abril de 2013</a>, em razão da superveniência de novo regime constitucional e da atualização da orientação jurídica institucional.</p>
<p><b>Secretaria da Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 71, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade – MAC, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 70, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a março de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 69, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a março de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 68, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a março de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da</p>

	Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).
<b>Secretaria da Segurança Pública (SSP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SSP-22/2026</u></b>  Dispõe sobre a realização de perícia administrativa de incêndio pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) e estabelece os procedimentos de coordenação e cooperação com a Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC).</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>17/04/2026</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 353/2026, DE 17/04/2026</u></b>  Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o selo Empresa Segura – Livre de Assédio Moral, destinado a certificar pessoas jurídicas que adotem políticas efetivas de prevenção e combate ao assédio moral no ambiente de trabalho.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 352/2026, DE 17/04/2026</u></b>  Determina a inclusão nos sites oficiais do Governo do Estado de São Paulo e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo de relação de serviços públicos e serviços prestados por organizações da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos que tem no seu escopo o acolhimento, atendimento e inclusão de pessoas neurodivergentes.</p>
<b>16/04/2026</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 350/2026, DE 17/04/2026</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a instituir a carreira de Perito Médico Veterinário Legista no âmbito da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 349/2026, DE 16/04/2026</u></b>  Institui o Programa Estadual de Proteção ao Ambiente Comercial e Varejista – ‘Varejo Protegido’, estabelece diretrizes para a prevenção, monitoramento e repressão de infrações penais em áreas de relevante atividade econômica, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 348/2026, DE 16/04/2026</u></b>  Institui o Programa de Acompanhamento Gestacional para Prevenção de Anomalias Genéticas e Transtornos do Neurodesenvolvimento, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 346/2026, DE 17/04/2026</u></b>  Dispõe sobre garantias de continuidade pedagógica ao estudante da rede privada de ensino em caso de óbito ou invalidez permanente do responsável financeiro.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 345/2026, DE 17/04/2026</u></b></p>

	<p>Reconhece os professores de educação infantil como profissionais do magistério, impõe aos Municípios o dever de realizar o enquadramento de cargos nas carreiras do magistério municipal e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 344/2026, DE 16/04/2026</u></b> Dispõe sobre manifestações sindicais</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 343/2026, DE 17/04/2026</u></b> Institui política estadual de cotas e acesso prioritário a programas habitacionais públicos e de regularização fundiária em favor de povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas; e dá outras providências</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 342/2026, DE 17/04/2026</u></b> Dispõe sobre diretrizes para o exercício da atividade de instrutor de trânsito autônomo no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 341/2026, DE 17/04/2026</u></b> Dispõe sobre o direito ao exercício de práticas religiosas de matrizes africanas nos sepultamentos realizados em funerárias e/ou cemitérios públicos e privados, e dá outras providências.</p>
<p><b>15/04/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 336/2026, DE 15/04/2026</u></b> Dispõe sobre o exercício da objeção de consciência a conteúdos, práticas e atividades pedagógicas incompatíveis com convicções religiosas e morais, assegura direitos aos pais ou responsáveis legais, bem como aos profissionais da educação, e institui medidas pedagógicas alternativas no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 335/2026, DE 15/04/2026</u></b> Veda a nomeação, designação ou contratação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta em todo o Estado de São Paulo, de pessoas condenadas pela <a href="#">Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006</a> - Lei Maria da Penha.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 334/2026, DE 15/04/2026</u></b> Institui a política estadual de desenvolvimento de jovens portadores de necessidades especiais, proporcionando preparo e capacitação para estudos e trabalho na fase adulta.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 333/2026, DE 15/04/2026</u></b> Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Cefaleia em Salvas no Estado de São Paulo – CIPCS – e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 331/2026, DE 15/04/2026</u></b> Institui a Rota Biker - Rota do Motociclismo no Estado de São Paulo, reconhece os Monumentos Bikers como de relevante interesse cultural e turístico do Estado, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 330/2026, DE 15/04/2026</u></b> Dispõe sobre a cobrança de multas, taxas, remoção e estadia de veículos apreendidos em pátios de recolhimento no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>

<b>13/04/2026</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 326/2026, DE 13/04/2026</u></b> Altera a <u>Lei nº 14.707, de 08 de março de 2012</u>, para acrescentar hipótese de vedação às regras que disciplinam a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 325/2026, DE 13/04/2026</u></b> Altera o artigo 46 da <u>Lei 6.374/89</u>, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para incluir o prestador do serviço de transporte ferroviário no rol de contribuintes autorizados à transferência de crédito acumulado do imposto.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 324/2026, DE 13/04/2026V</u></b> Institui o Programa "Carreta da Saúde do Homem", destinado à realização de exames preventivos e diagnóstico precoce do câncer de próstata no Estado de São Paulo e dá outras providências</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 323/2026, DE 13/04/2026</u></b> Dispõe sobre a disponibilização, por parte dos órgãos estaduais de trânsito, de meios eletrônicos que permitam ao cidadão realizar a quitação de débitos incidentes sobre veículos automotores durante abordagem de fiscalização no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 322/2026, DE 13/04/2026</u></b> Institui o "Programa Pet Protegido" no Estado de São Paulo, visando à distribuição gratuita de coleiras antiparasitárias, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 321/2026, DE 13/04/2026</u></b> Institui o Programa Estadual de Autonomia e Vida Independente para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 320/2026, DE 13/04/2026</u></b> Institui o Programa Estadual de Acompanhamento de Abandono de Tratamento em Saúde Mental, com foco em pessoas com transtornos mentais graves, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 319/2026, DE 13/04/2026</u></b> Institui o Programa Estadual de Apoio a Animais com Doenças Graves e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 318/2026, DE 13/04/2026</u></b> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Acolhimento Temporário de Animais de Estimação de Pacientes Internados, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 317/2026, DE 13/04/2026</u></b></p>

	<p>Institui o Programa Jovem Tutor Digital no Estado de São Paulo, com o objetivo de promover a inclusão digital de idosos por meio da atuação de jovens.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 316/2026, DE 13/04/2026</u></b>  Determina que, no ato da interrupção do fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, seja obrigatório o oferecimento de opção de pagamento dos débitos da unidade consumidora na modalidade cartão de débito ou PIX, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 315/2026, DE 13/04/2026</u></b>  Institui, no âmbito do Estado, a Política Estadual de Prevenção da Cegueira por Degeneração Macular Relacionada à Idade – DMRI e dá outras providências.</p>
<b>Publicação TCE</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b>
<b>17/04/2026</b>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA SECRETARIA  DIRETORIA GERAL  <b><u>COMUNICADO CONJUNTO GP/SDG Nº 03/2026</u></b>  PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA  O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que, a partir de 20/04/2026, estará disponível o Questionário de Diagnóstico da Transparência Pública – Ciclo 2026, para preenchimento pelos órgãos de Controle Interno das Prefeituras, Câmaras, Empresas Estatais Dependentes e Independentes, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Governo do Estado e Consórcios Públicos</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>16/04/2026</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 65.100, DE 15 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Regulamenta a <a href="#">Lei nº 18.375, de 29 de dezembro de 2025</a>, que dispõe sobre a emissão declaratória eletrônica de documentos de controle da atividade edilícia, bem como sobre os procedimentos para o licenciamento de empreendimentos da Administração Pública Direta e Indireta.</p>
<b>14/04/2026</b>	<p><b><u>LEI Nº 18.438, DE 13 DE ABRIL DE 2026</u></b>  (Projeto de Lei nº 692/20, dos Vereadores ...)  Cria o cadastro único de violência doméstica (CAVID) no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>